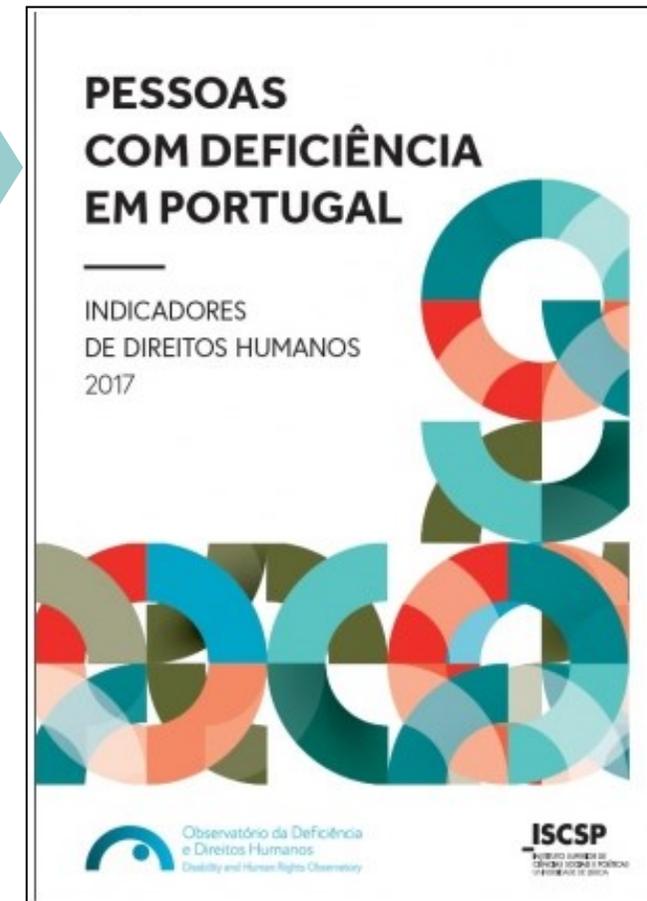


Sugestão de
leitura



Sugestão de Leitura - Educação

Divisão de Documentação

Junho de 2018

PINTO, P. C. & Pinto, T. J. (2017). *Pessoas com deficiência em Portugal: indicadores de direitos humanos 2017*. Lisboa: Observatório da Deficiência e Direitos Humanos; ISCSIP.

ED/ESP PNT*PES

Faculdade de Psicologia | Instituto de Educação
UNIVERSIDADE DE LISBOA
Alameda da Universidade
1649-013 Lisboa
Tel.: 21 794 36 00
E-mail: biblio@fpie.ul.pt



Segundo dados do Censos 2011, a prevalência da população residente em Portugal, com cinco ou mais anos, com algum tipo de deficiência ou incapacidade, situa-se nos 18%.

O relatório que aqui se apresenta, divulgado na data em que se assinalou o 11.º aniversário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pretendeu sistematizar informação sobre a situação das pessoas com deficiência em Portugal a partir de fontes secundárias, nacionais e internacionais, e extrair indicadores através dos quais se possa aferir o progresso alcançado na realização dos direitos humanos das pessoas com deficiência em Portugal.

Assim, os dados revelam que as pessoas com deficiência que vivem em agregados com baixa intensidade laboral e menores rendimentos são as que apresentam maior risco de pobreza. Segundo o documento, o risco de pobreza e exclusão é experienciado sobretudo em agregados com pessoas com deficiências graves (36,5%), não havendo diferenças expressivas entre homens e mulheres.

O risco acrescido de pobreza poderá ser explicado por fatores como os **menores níveis de educação**, menores taxas de emprego, menores rendimentos de trabalho e despesas com cuidados de saúde mais elevadas das pessoas com deficiência em comparação com as pessoas sem deficiência.

O relatório sinaliza ainda os progressos alcançados na **promoção da educação inclusiva** que possibilitaram a integração de 99% das e dos alunos com deficiência no ensino regular e o aumento

do número de alunos que frequentam o 3º ciclo e o ensino secundário, mas chama a atenção para a **limitação de recursos** atribuídos à concretização destas políticas, nomeadamente no que diz respeito ao número de horas de apoio técnico disponibilizado aos alunos.

A acessibilidade foi a área que motivou o maior número de queixas de discriminação, com uma média de 48 reclamações entre 2011 e 2016, seguida da educação (34) e da saúde (25), adianta, sublinhando que a deficiência é o segundo motivo mais apontado para a discriminação em Portugal e é aquele onde se regista a maior diferença em relação à média da União Europeia.

O relatório analisa, por último, a disponibilidade das respostas sociais no âmbito da deficiência, revelando que as residências autónomas permanecem como uma resposta residual, mesmo nos grandes centros urbanos, face à capacidade instalada de lares residenciais, apesar de constituírem a resposta mais congruente com um paradigma de direitos humanos.